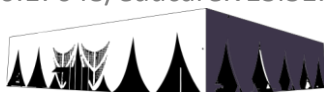


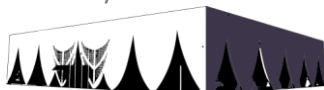
ENTREVISTA COM O PROFESSOR LUIZ ANTÔNIO CUNHA

Luiz Antônio Cunha possui graduação em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1967), mestrado em Planejamento Educacional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1972) e doutorado em Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1980). Exerceu o magistério na PUC-Rio, na FGV, na Unicamp e na UFF; é professor titular desde 1997 e Professor Emérito desde 2014 da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Publicou quase duas dezenas de livros, alguns dos quais tornaram-se importantes referências nas pesquisas no âmbito da História da Educação Brasileira. Desde 2006, tem se debruçado com grande empenho sobre a questão da laicidade do Estado e da Educação, produzindo artigos e livros específicos sobre esta questão, com destaque para “A Educação Brasileira na Primeira Onda Laica: do Império à República”, Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2017.

1. *Professor Luiz Antônio Cunha, em seu artigo de 2006, intitulado Sintonia Oscilante: Religião, moral e civismo no Brasil, há uma passagem em que o senhor, ao constatar a rapidez com que o ER vem sendo inserido nas redes públicas de ensino, comenta que isso o levou a pensar “no enfraquecimento político do laicismo difuso, todavia eficaz, que protelou, por décadas, a implantação generalizada dessa disciplina nas escolas públicas”. O senhor poderia comentar um pouco mais sobre esse “laicismo difuso”: suas principais características e suas origens? O fato desse laicismo ser “difuso” teria contribuído para seu enfraquecimento político ou, ao contrário, teria sido uma das razões de sua eficácia por décadas, no combate ao ensino religioso na escola pública? Qual a extensão e a profundidade que lhe parece ter o fenômeno do enfraquecimento do laicismo na educação brasileira?*
- ® Laicismo difuso não chega a ser um conceito, não passa de uma ideia a ser explorada, que vou tentar rememorar, talvez até precisar um pouco. Primeiro o termo laicismo, que na época empreguei na modalidade dos espanhóis, isto é, para designar o posicionamento em prol da laicidade do Estado e das instituições públicas, inclusive a escola pública. Acontece que o termo ficou contaminado no Brasil (talvez até já estivesse e eu não sabia) devido aos ataques do clero católico. Os padres se diziam laicos,



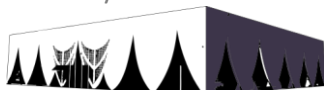
aliás, todo mundo é laico, a questão é saber o que se entende por laicidade. Como a democracia, aliás. Todos (sei que estou exagerando) somos democratas, mas entendemos democracia de modo tão diferente, o termo fica tão esticado, que se rompe de tanta ambiguidade. O clero dizia, então: o Estado é laico, mas não é laicista, forma atenuada mas sinônima de "o Estado é laico, mas não é ateu". O que eu queria dizer é que havia uma predisposição em prol da laicidade da escola pública no âmbito das administrações educacionais, implícita, não explicitada, que eu percebia em momentos cruciais. Se no setor público havia recursos (tempo, por exemplo) para estender a atividade educacional, dava-se prioridade a disciplinas como Português e Matemática, em detrimento do Ensino Religioso. E ninguém perguntava por que, nem precisava explicar, porque havia um sentimento difuso de que Português e Matemática eram mais importantes para os alunos das escolas públicas do que religião. Difuso mas eficaz, a ponto de não haver oferta de Ensino Religioso em muitas (número difícil de estimar) escolas públicas de Ensino Primário, primeiramente, e Ensino Fundamental, depois da LDB-96. Eficaz, sem dúvida, mas a curto prazo. Essa atitude não batia de frente com o Ensino Religioso, apenas driblava a obrigação constitucional da escola oferecê-lo como disciplina facultativa. O fato de não se apresentar como opositor frontal, explícito do Ensino Religioso, não despertou a ira dos religiosos. O diretor ou diretora que não escalava essa disciplina, não era classificado como inimigo, apenas como negligente, o que é bem diferente. Depois da LDB, a luta intra-campo religioso ficou acirrada, de modo que as Igrejas Católica e parte das Evangélicas passaram à ofensiva para a conquista das escolas e dos escolares. Como a laicidade era difusa, ela não tinha condições teóricas nem políticas, menos ainda teóricas de enfrentar essa ofensiva confessionalista. O resultado foi que, em muitos sistemas de ensino, a carga horária de várias disciplinas foi reduzida para dar lugar ao Ensino Religioso. Poucos foram os docentes que se manifestaram contra. Nem mesmo os sindicatos, além de algumas notas inócuas de protesto. Afinal, eles defendiam também os interesses dos professores de Ensino Religioso... Hoje já não existe mais lugar para o laicismo difuso no campo educacional. Os conflitos são intensos, entre laicos (laicista, se quiser) e confessionalistas, as contendas chegam a todas as instâncias do Poder Público, de modo que não dá para ser difuso: a explicitação se impõe, é hora de se posicionar a favor da escola laica ou da confessional, sem os eufemismos da inter ou da não confessionalidade. Também é hora, aliás, já passou da hora de se avançar na teorização sobre a laicidade do Estado. Por fragilidade teórica, ela acaba ficando a reboque de demandas setoriais. Sem negar a importância das demandas LGBT, nem a vanguarda que ocupa hoje no Brasil, em defesa do Estado laico, não posso deixar de assinalar o desconhecimento ou a desconsideração desse movimento para



com a escola pública. Aí está outra questão: além de difuso, o laicismo pode ser setorial, mais uma debilidade a considerar e a enfrentar.

2. *No mesmo texto, o senhor comenta que “surpreendentemente, o ER tem sido tema evitado pelos laicos, apenas seus defensores mais ostensivos dele tratam”. O senhor realmente considera esse fato surpreendente ou teria alguma hipótese explicativa para o mesmo? A temática do ER não seria potencialmente reveladora de conflitos ideológicos que as pessoas preferem evitar em nome do bom convívio social, acadêmico e político?*

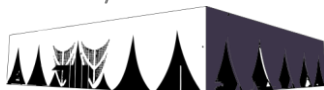
Ⓜ Continuo a me surpreender com a pouca disposição de muita gente que diz ter posição em prol do Estado laico e que, no entanto, se cala ou se intimida quando alguma questão é posta em discussão. Não é um fenômeno simples. É bem complexo, mas não vou fugir dele. Pela dificuldade de explicação e por não ter examinado com detalhe, ficarei com duas abordagens, apenas como contribuição para quem quiser entrar mais fundo no problema. Primeiramente, foco no campo educacional. A formação de grande número de docentes é religiosa cristã, especificamente católica. Muitas das lideranças do campo tiveram formação católica, parte até mesmo frequentou colégios de padres ou freiras, quando não foi seminarista. Mesmo quando mudaram as leituras e as referências, ficou um *habitus* cultural durável, se me permite citar o Bourdieu. Não fiz um levantamento sistemático, mas presumo que são os colegas de origem católica os que mais têm dificuldade prática de assumir posições laicas. Persiste, ainda, no campo educacional elementos religiosos na concepção do magistério como missão. Ser laico não é ser missionário, em sentido algum do termo. Penso existir aí a raiz da dificuldade de expansão de posições laicas no campo educacional, dificuldade essa que tem como complemento a facilidade de difusão de posições de caráter religioso, inclusive quando revestidas de expressões de esquerda e até revolucionárias. Aí está um tema interessante para pesquisa. Outra abordagem é pelo lado do campo político, pelos partidos políticos. A laicidade é uma raridade nos estatutos dos partidos políticos brasileiros, da esquerda, do centro e da direita. Apenas dois partidos das três dezenas existentes mencionam positivamente a laicidade do Estado em seus estatutos: Na direita, o Partido Popular Socialista, talvez pela posição pessoal de Roberto Freire. Pode ser que tenha sobrado alguma coisa do antigo Partido Comunista Brasileiro; Na esquerda, o Partido Pátria Livre, que reuniu brizolistas históricos que romperam com o Partido Democrático Trabalhista, depois da morte do fundador. Pode ser que a herança de Brizola, político de educação protestante na infância, tendencialmente laico, tenha sobrevivido nos seus herdeiros. São dois pequenos partidos, pouco exitosos como intelectuais orgânicos coletivos. Os demais, principalmente os grandes, de esquerda e de direita, ou são



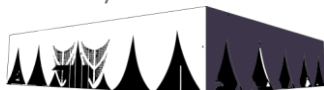
declaradamente cristãos ou se calam, deixando a porta aberta a todos os tipos de arranjos com as igrejas. Com isso, não quero dizer que não existem políticos com posições laicas em partidos que não são. Vou citar dois exemplos, um na direita, outro na esquerda. Partiu de um senador maçom do Partido da Frente Liberal, Romeu Tuma, a inserção da cláusula proibindo o emprego de recursos públicos no ensino religioso. Darcy Ribeiro, um "laico difuso" do Partido Democrático Trabalhista, incorporou a emenda, que acabou sendo aprovada, depois de suprimida na volta à Câmara e novamente inserida. Foi, então, um senador de direita que propôs uma emenda de orientação laica, não para suprimir o Ensino Religioso da LDB, o que não poderia fazer por causa da Constituição, mas para impedir que recursos públicos financiassem essa disciplina. Agora, um exemplo da esquerda. Em 1997, José Genuíno, deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, assumiu posição explicitamente laica e defendeu posição contrária ao projeto de reforma da LDB, expresso no projeto substitutivo relatado pelo deputado padre Roque, paranaense do mesmo partido, que justificou a supressão da proibição de uso de recursos públicos no Ensino Religioso nas escolas públicas, além de qualificar essa disciplina de "parte integrante da formação do cidadão". A proibição foi eliminada pela aliança tácita da esquerda e da direita. Nesse panorama de confessionalismo crescente e triunfante, é surpreendente que existam pessoas laicas e seu número esteja aumentando. Percebeu? Comecei me surpreendendo com uma coisa e terminei com outra.

3. *Aproveitando ainda a temática do seu mencionado artigo, como o senhor avalia as possibilidades de separação, na educação escolar pública no Brasil, entre a concepção religiosa e a formação ética. Em outras palavras, haveria espaço para a defesa de uma formação ética laica, não fundamentada em premissas religiosas?*

Ⓜ Essa é uma questão de grande importância. Com tantos professores de Filosofia da Educação atuando em nossas faculdades de educação, seria de se esperar que essa questão estivesse no primeiro plano dos programas. Infelizmente não é assim. A posição oficial da Igreja Católica, sua doutrina há séculos, é que a ética tem base na religião. Fora da religião não há ética. Daí veio a concepção da Educação Moral e Cívica baixada pela junta militar, em 1969, cujo programa foi definido em parecer do Conselho Federal de Educação relatado pelo arcebispo Luciano Cabral Duarte, em 1971. Numa palavra, foi o Cristianismo que forneceu a base de sustentação daquela disciplina. Felizmente, ela foi um fracasso, seja pelo modo caricato como foi lecionado, seja pelo protagonismo de docentes críticos da ditadura. No meu entender, há uma contribuição importante do pensamento religioso (mais do que da prática) na formação de uma ética laica, como a dignidade da pessoa humana, que não deve ser descartada.

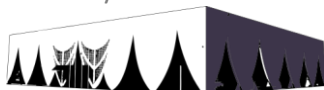


Acontece que esse valor já se desprendeu de sua origem religiosa e é defendido hoje por grupos muito diversos, inclusive antirreligiosos. Se você examinar o artigo 5º da Constituição de 1988, vai perceber que esse valor está lá, mas sem conexão com a evocação religiosa do preâmbulo nem com as concessões às instituições religiosas em várias passagens, como nas isenções fiscais, por exemplo. Mas, há valores republicanos que não têm origem religiosa e até mesmo foram impostos às instituições religiosas, como a liberdade de pensamento. Até mesmo a liberdade de religião, que a República impôs à Igreja Católica, para felicidade de presbiterianos e metodistas. Os bispos católicos não aceitaram isso: só uma religião é verdadeira, as outras são falsas, heréticas, como o Estado pode tratar todas da mesma maneira? Defender a liberdade de crença é, no meu entender, mais importante do que defender a liberdade religiosa. Esta está subordinada àquela. Neste momento de ascensão de movimentos fundamentalistas, alguns até afinados com o fascismo renascido, a liberdade de pensamento e de expressão assumem o primeiro lugar na pauta da ética em nossas escolas e universidades. É preciso coragem para afirmar que, em alguns pontos, uma boa Pedagogia não pode aceitar preceitos religiosos. Por exemplo, há um trecho da Bíblia que católicos e evangélicos citam com frequência, um trecho do livro *Provérbios*: “Ensina a criança no caminho que deve andar, e ainda quando for velho, não se desviará dele.” Somente quem acha que tudo já é sabido e dominado pelos mestres de ontem e de hoje pode supor que tem o traçado dos trilhos pronto para todo o sempre. Se essa orientação serve para os ensinamentos religiosos judaico-cristãos, ela não pode ser transferida para a educação, especialmente para a que o Estado laico mantém. Um tema correlato à ética são os direitos humanos. Em 2012, o Conselho Nacional de Educação aprovou resolução e parecer sobre as *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*. Elas deveriam ser conteúdo a ser ministrado em todos os níveis e modalidades da educação pública e privada, mas sem constituir uma disciplina. Até poderia ser uma disciplina, mas de preferência um tema transversal. As diretrizes foram concebidas com base em sete princípios, um deles a laicidade do Estado. A *Educação em Direitos Humanos* teria a finalidade de promover a mudança e a transformação social, com base nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental. No meu entender, essas diretrizes constituem um ponto alto de atuação do Conselho Nacional de Educação, mas, infelizmente, ficou somente no papel. Depois da deposição de Dilma Rousseff, aí mesmo é que não encontrou eco nas administrações educacionais.



4. *O principal argumento do movimento “escola sem partido” para propor a censura nas escolas a determinadas abordagens teórico-metodológicas (nomeadamente o marxismo) é o de que os objetos de ensino têm sido alvo de uma suposta politização e ideologização, para tanto defendem a “neutralidade”, o que poderia nos remeter a uma visão positivista das ciências e da educação. No entanto, a laicidade não é defendida e o ensino religioso não é apresentado como um elemento de distúrbio da neutralidade defendida por este movimento. Como o senhor analisaria esta contradição?*

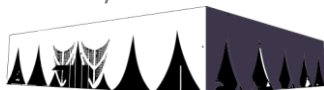
Ⓜ No meu entender, o marxismo não é o alvo principal desse movimento, ou melhor, é um alvo deslocado. O que os partidários da "escola sem partido" mais temem são as mudanças culturais na direção da secularização, como as que dizem respeito a sexo, gênero e família. Como eles vivenciam mudanças cada vez mais rápidas, aumenta exponencialmente o medo de um caos que estaria por vir. Veja a questão da família, que virou uma palavra-chave significativa para o movimento. Na realidade, a "família", assim no singular, genérica, não existe, a não ser na imaginação. Homem e mulher vivendo juntos durante décadas, tendo filhos e os mantendo e educando desde que nasceram até constituírem outras famílias, são casos cada vez mais raros. O estatuto do divórcio, que impedia a recomposição de vínculos conjugais reconhecidos legalmente é coisa recente no Brasil. Recente, mas muito bem recebido. Pressões religiosas impediram que o divórcio existisse aqui, apesar de muitos o quererem. Em 1935, um samba de sucesso no Rio de Janeiro foi "Vou me mudar para o Uruguai". Fala de um sujeito que não aguentava mais a mulher, ia se separar e tornar a casar no Uruguai. Lá podia. Aliás, fora da letra do samba, na realidade do dia-a-dia, gente de dinheiro ia se casar no exterior, depois de desfeito o primeiro casamento. Há muito que aquele país anda na frente do nosso... Ainda bem que não continuou como Província Cisplatina... Pois bem, numa conjuntura muito especial, a da promulgação do "pacote de abril" do general Geisel, o quórum necessário para reforma da Constituição foi reduzido de 2/3 para metade mais um, de modo que projeto antigo do senador Nelson Carneiro, do Rio de Janeiro, foi aprovado pelo Congresso. Como Geisel era luterano, não funcionou a pressão da Igreja Católica para que impedisse a aprovação da emenda constitucional. A partir daí as recomposições dos laços familiares se multiplicaram. Não foi o fim da família, mas, sim, da família inercial, que se mantinha porque pai e mãe precisavam ficar juntos para educar os filhos, mesmo não se aturando. Hoje novas famílias se formam a partir de laços desfeitos, os filhos de uns passam a viver com os de outros. Famílias uniparentais são cada vez mais comuns, principalmente mulher + filhos, assim como famílias homoafetivas. Isso assusta muito: "onde o mundo vai parar?", perguntam e questionam coroas e jovens inseguros. Os modelos de convivência de ontem já não servem. Cada vez é mais difícil os pais educarem os filhos,



porque lhes faltam valores sintonizados com os dias que correm - e como correm! Como os filhos não lhes ouvem e fazem o que querem, pais e mães projetam nos professores aquilo que gostariam de fazer: inculcar ideias nos filhos. Mal sabem eles que os professores têm queixas frequentes para os mesmos sujeitos, a começar por prestar atenção nas aulas, largar os celulares, etc. Então, onde entra o marxismo? Gramsci (que os mentores do "escola sem partido" nunca leram) e Paulo Freire (idem) entram na história para "explicar" a motivação docente para o desencaminhamento da juventude. Ora, se a proposta de neutralidade da escola for levada a sério, a consequência disso será, sem dúvida, a prevalência de uma concepção positivista nas Ciências da Educação. Acho muito difícil essa concepção sobreviver devido ao caráter essencialmente prescritivo da Educação, sobretudo da Pedagogia. Veja Emile Durkheim, sua diretriz de considerar a escola como "coisa" jamais foi levada a sério por ele. Sua Sociologia era ostensivamente prescritiva. Você mencionou a contradição entre a prescrição neutra e o silêncio sobre a laicidade da escola. Pois é isso mesmo: se o movimento "escola sem partido" fosse coerente, deveria defender o ensino laico, e não só na escola pública como, também, na privada. Ele não faz isso por causa das "afinidades eletivas" com os grupos religiosos que defendem, ao mesmo tempo, o freio do processo de secularização da cultura (sexo, gênero, família, etc.) e as práticas religiosas nas escolas públicas como mecanismo de controle individual e social, assim como de proselitismo, ostensivo ou dissimulado. Contradição filosófica, digamos assim, mas coerência na política prática.

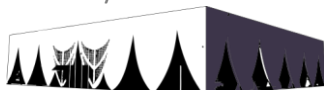
5. *O Conselho de Campus da Unioeste / Cascavel deliberou pela construção de uma “Capela Ecumênica”. No portal da Universidade, o responsável pelo projeto declarou que o mesmo “será feito especificamente com duas intencionalidades, uma é efetivamente ter um espaço religioso para a universidade, já que como congregamos todo tipo de conhecimento, a religiosidade não pode ficar de fora por ser algo constitutivo do ser humano. A segunda intenção é ser um espaço para que as pessoas que encontram na religião uma válvula de escape, possam ter um lugar”. Como o senhor vê esta iniciativa relativamente à questão da laicidade?*

Ⓡ Não consigo saber como alguém pode ter certeza de que alguma coisa é constitutiva do ser humano. A não ser que entenda como ser humano apenas até onde a vista alcança, isto é, até o horizonte visível, isto é, logo ali. Isso me lembra a definição de educação de Émile Durkheim (ele de novo): vamos pôr todas as sociedades que existem e já existiram lado a lado; destacamos o que existe de educação em cada uma delas; o que for comum a todas passará a ser a definição de educação. Não deu outra, para ele, educação era a ação da geração adulta sobre a imatura. Definição fraca que nada servia para entender a sociedade do seu tempo. Menos ainda a



do nosso. Não dá para entender a Universidade com essa definição, tanto assim que o sociólogo francês empregou em "A evolução pedagógica na França" metodologia muito diferente da que prescreveu nas "Regras do método sociológico". Parece que tem dirigente universitário procedendo da mesma maneira que nas "regras". Pouco ou nada sabemos como viviam nossos antepassados, dos quais sobraram apenas ossos e alguns artefatos, sobre os quais fazemos conjecturas. Do povo que habitava o lugar onde hoje é o Brasil, antes dos indígenas que conhecemos, o povo da Luzia, nome atribuído a uma jovem de cerca de 12 anos, cujo crânio foi encontrado na Lagoa Santa, em Minas Gerais, não sabemos nem mesmo se enterravam os mortos. Como alguém pode dizer que ele tinha religião? Revelação ou mera suposição? Imputação? No meu entender, o que é constitutivo do ser humano é a capacidade de se fazer. Reconheço que dá mais segurança pensar que houve uma criação instantânea, o ser humano nasceu pronto ou quase, por obra sobrenatural ou extraterrestre, mudando só na aparência. Eu me pergunto se a Unioeste/Cascavel já desenvolveu os processos materiais de produção do conhecimento em nível tão avançado que precisa, agora, de apelar para outros processos, imateriais, como os religiosos. Religião como válvula de escape? Não conheço ideia mais estranha de religião. Para esse efeito não é melhor o carnaval? A construção da capela ecumênica pode ser apenas parcialmente justificada, porque as iniciativas ecumênicas costumam ser bem estreitas, só no âmbito judaico-cristão, abrangendo religiões que provêm da mesma fonte abraâmica. Afro-brasileiros nessa capela, só os muito embranquiçados ou envergonhados. Capelas têm sentido em certos lugares públicos, reconheço. Como em hospitais, onde pacientes e familiares religiosos precisam de lugar para suas preces em momentos difíceis que passam lá. Hoje, os hospitais públicos procuram é transformar as capelas católicas exclusivas em espaços ecumênicos, mesmo que limitadamente ecumênicos. Também nos tribunais, onde a falha justiça humana faz tanta gente esperar pela divina. Não gosto de identificar universidade a hospital nem a tribunal, a não ser naquilo que nada tem de religioso, isto é, às Ciências da Vida e do Direito.

6. *Recentemente foi publicado um artigo seu na revista da SBPC sobre as posições em prol da laicidade do Estado da vereadora carioca assassinada Marielle Franco. O senhor concordaria com a afirmação de que esse assassinato foi uma brutal demonstração da fragilidade da democracia brasileira? Que relações o senhor estabeleceria entre a dificuldade do Estado brasileiro em se tornar um estado efetivamente laico e nossa histórica dificuldade na construção de uma real democracia?*
- ® A violência contra adversários, culminando em assassinatos por motivação política, é uma constante na história do Brasil, infelizmente dissimulada



pela ideologia da cordialidade e coisas tais. A motivação política do assassinato de Marielle Franco é evidente, só não se sabe quem apertou o gatilho. A pergunta essencial em situações como essa é: quem se beneficia com o assassinato de um personagem promissor da política fluminense, que tem sido tão penalizada pelo oportunismo? A fragilidade da democracia brasileira, que hoje mais parece uma figura de retórica, está evidenciada na morte de Marielle, sem dúvida um caso excepcional, mas, também, nos casos recorrentes dos assassinatos de líderes comunitários, ativistas e militantes políticos. Foram 24 nos últimos 4 anos, o que fez do Brasil um dos países mais perigosos do mundo para os defensores dos direitos humanos. Na morte de Marielle, a laicidade do Estado perdeu uma das raras personalidades políticas que não têm (tinham) medo de externar sua posição abertamente. Ela promoveu a publicação e distribuição de uma cartilha intitulada "O que é o Estado laico", com ideias precisas, diferentes das comumente veiculadas: Estado laico não é sinônimo de Estado ateu, esse fantasma alimentado por tantos; nem é Estado multirreligioso, aquele que protege as religiões. O oportunismo e a covardia generalizados nos meios políticos faz com que a laicidade seja deslocada pela negociação político-eleitoral, ou seja, orações em troca de votos, que rendem cargos e verbas. A construção da democracia está intimamente ligada com o combate ao confessionalismo na política tanto quanto ao racismo e à homofobia. Uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, em 2008, com indivíduos de mais de 15 anos, de amostra de âmbito nacional, perguntou o que eles sentiam diante de certas figuras que lhes foram apresentadas. Os ateus empataram com os usuários de drogas em primeiro lugar no quesito "repulsa/ódio", sentimento despertado em 17% dos entrevistados e permaneceram à frente, com a mesma companhia, no quesito "antipatia", sentimento revelado por 25% da amostra. No conjunto, 42% dos entrevistados revelaram ter sentimento negativo para com os ateus. Se associarmos a repulsa aos ateus com a dos evangélicos pentecostais aos católicos idólatras e aos adeptos de cultos afro-brasileiros satanizados, podemos constatar que temos um longo caminho a percorrer em termos não da mera tolerância, mas do respeito aos diferentes e aos adversários. Vale dizer, um longo caminho na construção da democracia e da laicidade em nosso país.

Entrevista concedida em: abril de 2018.

José Luis Derisso
Luzia Batista de Oliveira Silva
Newton Duarte
Organizadores do Dossiê

